

A República e as Letras

BIBLOS

VOLUME VIII – (2.^a Série) – 2010

REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FICHA TÉCNICA

Director da BIBLOS:

Carlos Manuel Bernardo Ascenso André, Doutor, FLUC

Coordenador do Vol. VIII:

Amadeu José de Carvalho Homem, Doutor, FLUC

Conselho Editorial:

António de Sousa Ribeiro, Doutor, FLUC

Fernando Taveira da Fonseca, Doutor, FLUC

Lúcio José Sobral da Cunha, Doutor, FLUC

Maria Luísa Portocarrero Ferreira da Silva, Doutora, FLUC

Maria Teresa Delgado Mingocho, Doutora, FLUC

João Marinho dos Santos, Doutor, FLUC

Maria do Céu Fialho, Doutora, FLUC

Fernanda Delgado Cravidão, Doutora, FLUC

Maria da Conceição Lopes, Doutora, FLUC

Ana Alexandra Ribeiro Luís, Doutora, FLUC

António Manuel Martins, Doutor, FLUC

José Augusto Cardoso Bernardes, Doutor, FLUC

Jacyntho Lins Brandão, Doutor (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil)

José Ramos, Doutor (Universidade de Lisboa)

Platon Mavromoustakos, Doutor (Universidade de Atenas, Grécia)

Roberta Mullini, Doutora (Universidade de Urbino, Itália)

Revisão/tradução para Inglês:

Maria Teresa C. Mourinho Tavares

John David Mock

Apoio técnico e administrativo:

Gabinete de Comunicação e Imagem da FLUC

Maria Gabriela das Neves Salgueiro

Olga Maria de Freitas Carramanho

EDILIBER – Editora de Publicações, Lda.

Capa:

Victor Torres

Toda a correspondência de ser endereçada a:

BIBLOS

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

3004-530 COIMBRA (PORTUGAL)

Endereço electrónico: gci.fluc@fl.uc.pt; gabdirector@fl.uc.pt

ISSN: 0870-4112

Depósito Legal n.º 1401/82

A TOPONÍMIA, FONTE HISTÓRICA TAMBÉM PARA A REPÚBLICA

RESUMO

Ao longo de todos os tempos, descerrar uma placa ou lavar uma inscrição constituiu reflexo de condicionalismos históricos, considerados, no momento, dignos de serem perpetuados. Nesse âmbito, a partir da segunda metade do séc XIX, a toponímia foi alvo predilecto dessas intenções.

E a implantação da República postulou, pois, a rejeição do passado e a exaltação dos novos heróis e das novas datas simbólicas – que até hoje perduram na toponímia urbana por todo o País.

PALAVRAS-CHAVE: epigrafia, toponímia, *damnatio memoriae*...

73

RESUMÉ

L'inscription s'est fait toujours l'écho de faits historiques censés dignes d'être perpétués. En tout cas, c'est seulement à partir de la 2^{me} moitié du XIX^{eme} siècle qu'identifier épigraphiquement un toponyme en milieu urbain est devenu une habitude et un rituel.

L'implantation de la République au Portugal (Octobre 1910) a déterminé ainsi la rejection du passé monarchique et, d'autre part, l'exaltation des nouveaux héros et des nouvelles dates symboliques – qui se maintiennent encore aujourd'hui dans la toponymie urbaine du Pays.

MOTS-CLÉ: épigraphie, toponymie, *damnatio memoriae*.

TOPONYMY: HISTORICAL SOURCE ALSO FOR THE REPUBLIC

ABSTRACT

Inscriptions have always echoed the historical facts that were deemed worthy of being recorded and perpetuated. Nevertheless, it was only after the second half of the 19th century that the epigraphic inscription of toponyms in urban contexts became a habit and a ritual.

The establishment of the Republic in Portugal (October 1910) led to the rejection of the monarchical past and the glorification of new heroes and new symbolical dates, which can still be seen today in the urban toponymy of the country.

KEYWORDS: Epigraphy, Toponymy, *damnatio memoriae*.

74 Na antiga Roma, divinizava-se o imperador falecido, se aos olhos dos dirigentes – interpretando, quiçá, o sentir do Povo – o seu reinado tivesse sido «augusto, piedoso, feliz»: se trouxera benefícios; se tivera para com os homens e os deuses uma atitude exemplar; se trouxera benefícios, enfim, houvesse eficazmente contribuído para a felicidade dos cidadãos. Aliás, esses epítetos – *augustus*, *pious*, *felix* – são quase de norma nas homenagens epigráficas imperiais a partir do século III, por exemplo. Nesse caso, a divinização vinha consignada através do epíteto *divus*, «o divino». E assim passava a ser referido sempre – como, aliás, o próprio imperador Augusto se identificava como *Divi filius*, «filho do Divino», dada a sua adopção por César, que foi divinizado.

Ao invés, um imperador hediondo via a sua memória erradicada de tudo o que era monumento, através do sistemático ‘martelamento’ do seu nome (vide Fig. 1).

Na verdade, a inscrição em materiais duradouros constituiu, em todos os tempos, uma das formas mais notáveis de perpetuar o nome de alguém ou a evocação de um acontecimento singular. Descerrar uma placa é, pois, gesto hoje tão comum que a sua importância e significado implícito podem, até, passar despercebidos.

E, para além das placas comemorativas e dos epitáfios nos cemitérios – sem dúvida, o maior acervo a documentar essa valia –, são as placas toponímicas elementos de um quotidiano tão banal, tão



Fig. 1: A dedicatória a um imperador romano que sofreu *damnatio memoriae*.

explícito, que... raro nos debruçamos sobre o que nelas se encontra implícito.

Começou a toponímia por ser obra da população, sem outras razões para a atribuição de um nome a determinado lugar a não ser o quotidiano: por ali se ia ao moinho – era o Caminho do Moinho; por ali se ia à igreja e era a Rua da Igreja; ali morava senhor importante – e de seu nome se fazia nome de vereda, avenida ou beco... Imperava a tradição, toda a gente se conhecia, os aglomerados populacionais não careciam de complexa estruturação.

Assim o vemos, mesmo no que viriam a ser grandes cidades, até seguramente à 2^a metade do século XIX. Na verdade, com o advento do Parlamentarismo, a natural maior participação das gentes na vida política e o conseqüente crescimento urbano levaram a que – mais até por ostentação do que por necessidade real – houvesse nomes para as ruas, as praças, os jardins...

A política desempenhou, pois, nesse domínio, um papel fundamental, ao sabor das circunstâncias, ainda que a força da tradição ainda prevalecesse.

Contudo, a toponímia – apesar de presente no quotidiano – nunca terá merecido, creio eu, uma atenção particular até mui recentemente. De facto, foi o surto urbanístico de finais dos anos 50 e, sobretudo, da década de 60, que levou os municípios a criarem, inclusive, Comissões Municipais de Toponímia, porqueurgia dar uma certa ordem ao pulular de ruas A, B, C, lotes 1, 1A, 1B... Estruturou-se, pois, a partir de então, alguma doutrina, ainda que sempre a nível local, porque, acrescente-se desde já, a toponímia tem a ver directamente com a população, diz-lhe muito – e já vamos ver porquê.

Procurou-se, nessa altura, estabelecer algumas regras, de modo a facilitar, inclusive, a distribuição postal, cuja importância também só a partir dessa altura começou a ser relevante na vida pessoal, familiar e económica. Assim, para os novos bairros urbanos, houve quem preconizasse uma toponímia temática: este com nomes de poetas, aqueloutro com nomes de santas, mais além, o bairro dos navegadores... Claro que sempre haveria lugar para os notáveis locais e, para esses, a actualidade – para não causar problemas de registo predial (por exemplo)... – está a reservar rotundas ou zonas sem habitações ainda...

A política (insisto) teve, porém, sempre papel preponderante nas razões determinantes da atribuição de topónimos urbanos ou de edificações relevantes, sendo o exemplo da Ponte Salazar – ora 25 de Abril – o caso mais paradigmático e evidente. E se, após a Revolução de Abril, por todo o lado se procuraram apagar as reminiscências do anterior regime e dos seus apaniguados e mentores a nível local e nacional, também depois da Revolução de Outubro, a preocupação foi de banir toponímias que evocassem a Realeza, substituindo-as sistematicamente pelas dos novos heróis e dos ideais revolucionários.

O Jardim Público de Lisboa mudou para Avenida da Liberdade e, se Fontes Pereira de Melo foi poupado, isso se ficou a dever, decerto, à sua dinâmica progressista; contudo, o arruamento logo a seguir, na capital, passou a designar-se... Avenida da República!

E raro será o concelho que terá resistido a manter como «do Município» a identificação da praça em que se localizam os Paços do

Concelho e a não mudou para... «5 de Outubro».¹ Basta pesquisar na Internet por «Praça 5 de Outubro», que se verá a quantidade de localidades em que tal acontece. Aliás, o mesmo se poderia dizer em relação a outra data bem simbólica para os ideais republicanos: 31 de Janeiro, a lembrar o dia da falhada intentona do Porto, após o Ultimato Inglês (1891). 31 de Janeiro é nome de arruamentos, de escolas, de mercados...²

Movimentos revolucionários são, na sua origem, sempre radicais e, por isso, tal como os Romanos, apaga-se tudo, que se dane, que nunca mais ninguém se lembre!... No entanto, pouco a pouco, a serenidade volta e – designadamente a partir da criação da União Europeia, da introdução da moeda única, desta ideia de que diariamente temos consciência de que, afinal, já não somos nós os senhores do nosso destino – as populações começaram a olhar mais para si: aceite-se que podemos todos seguir as mesmas modas, que o último anúncio que se vê ao deixar o aeroporto Sá Carneiro é igualzinho ao que vamos encontrar ao aterrar em Bolonha, no aeroporto Leonardo da Vinci... mas há mesmo muitas “coisas” que são mesmo só nossas, há “raízes” que não podemos cortar!...

E como é que isso se reflecte na toponímia das nossas urbes? Recordando na mesma placa o nome antigo a par do moderno; reunindo em colóquios as pessoas interessadas nestes temas;³ dando continuidade a antigas publicações de toponímia, agora com a intenção clara de criar e cimentar comunidade.⁴

¹ Em Loures, curiosamente, é 4 de Outubro, pois aí a revolução começou um dia antes!

² Em Murça, a Praça 31 de Janeiro – que ostenta a célebre porca – é também designada de 25 de Abril e os Paços do Concelho estão na Praça 5 de Outubro.

³ Coube, por exemplo, à Câmara Municipal de Albufeira organizar, a 26 de Janeiro de 2007, as 1.^{as} Jornadas de Toponímia do Sul (cujas actas foram publicadas: *Actas das 1.^{as} Jornadas de Toponímia do Sul*, Câmara Municipal de Albufeira, 2008); e a 28 de Fevereiro de 2008, ocorreram aí as 2.^{as}, de actas já publicadas também. E promoveu a Câmara Municipal de Coimbra, a 8 de Novembro de 2008, o I Encontro Nacional de Toponímia. Essa atenção por parte dos municípios justifica – e é mais um testemunho – que o ponto forte da sessão comemorativa dos 95 anos do concelho de S. Brás de Alportel, nos Paços do Concelho, a 1 de Junho de 2009, tenha sido precisamente a toponímia, celebrando-se a atribuição de nomes a novos arruamentos; na ocasião, tive ensejo de proferir uma conferência a que dei o título de «Toponímia – raízes da nossa memória».

⁴ No referido I Encontro Nacional de Toponímia, foi apresentado o livro de Au-

Nessa manutenção do antigo a par do moderno, afigura-se-me deveras sintomática a opção assumida pelo Município de Coruche, de que é exemplo a placa toponímica da principal praça da vila, precisamente onde se encontram os Paços do Concelho (Fig. 2). Nela se escreve que ora se chama «Praça da Liberdade» o que antes fora «Praça 5 de Outubro» e, ainda antes, a «Praça do Comércio». Ou seja, nos finais do século XIX, aí se reuniam os agentes económicos, cuja importância era primordial; veio a República e o «comércio» ficou para trás; veio o 25 de Abril e... celebra-se a Liberdade! Sintomática, pois, esta opção, que tem por detrás um consciente sentido histórico do papel fundamental da toponímia na vida das povoações.



Fig. 2: Placa toponímica em Coruche.

rélia Filipe, *Novos Topónimos: Coimbra 2002-2008*, edição do Departamento Municipal de Cultura (2008), sob coordenação de Mário Nunes; mas a cidade quase foi pioneira nesse domínio: recorde-se, de Amadeu Ferraz de Carvalho, *Toponímia de Coimbra e Arredores*, Imprensa da Universidade : Coimbra, 1934 – a que outros títulos se seguiram. No concelho de Cascais, Manuel Eugénio F. Silva e José Ricardo C. Fialho prepararam para duas juntas de freguesia, a de Cascais e a do Estoril, dois livros semelhantes, com essa finalidade de esclarecer os vizinhos acerca, por exemplo, das personalidades homenageadas: *Os Nossos Arruamentos – Toponímia na Freguesia de Cascais* (2009) e *Toponímia na Freguesia de Estoril – Os Nossos Arruamentos* (2010). E para a freguesia de Parede já o mesmo fizera João Paulo de Azevedo Gomes, *Resumo Histórico dos Nomes das Principais Vias Públicas da Vila de Parede*, Junta de Freguesia de Parede, s. d.

Vem a talhe de foice, ainda que não do território português, mas como exemplo quase diria extremo do que atrás fica expresso o que se passa na cidade francesa de Toulouse: as placas toponímicas (ver Fig. 3) estão em francês e... no patoá local, o occitano, que – pasme-se! – ninguém fala!... Trata-se, pois, de mera, mas categórica e bem visível, afirmação de uma individualidade que ora ressurgiu (ou supostamente se quis fazer ressurgir), para... marcar a diferença!

Sirvam estas considerações lançadas um pouco a esmo para, neste centenário da República, preconizar que se olhe de novo para a toponímia como reflexo local e nacional de ideologias e de opções (políticas, económicas, religiosas, culturais). Escrevi conscientemente «local e regional», porque sou visceralmente a favor do incremento das histórias locais para melhor se compreender a realidade histórica em determinado momento. Dar o nome de «5 de Outubro» a uma praça



Fig. 3: A designação de uma das artérias de Toulouse, em francês e em occitano!

(como o de «25 de Abril») tem um significado nacional e pode não retratar exactamente o pensar de uma população determinada; mas se num recôndito lugar houver placa notável a vultos da República que até nem tiveram uma difusão que se conheça... que pode tal significar?

Já tive ocasião de chamar a atenção⁵ para um caso que, nesse âmbito, se me afigura deveras sintomático: o da solene atribuição, a 23 de Abril de 1916, no lugar de Birre (freguesia de Cascais), dos nomes de João da Câmara Pestana, enquanto Director Geral da Agricultura, «pelo valioso concurso» dado pela sua Direcção Geral «ao desenvolvimento da pecuária e agricultura do concelho», e a Fausto Cardoso de Figueiredo, presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal, a realçar o «grande incremento por ele dado ao fomento e à instrução popular do concelho». Torna-se incompreensível, à primeira vista, a monumental singularidade das placas (vide Figuras 4 e 5), mormente se atentarmos que elas se encontram num recôndito lugar, de características então bem rurais, também à primeira vista, de somenos importância numa distinta freguesia como a da cosmopolita Cascais, muito na berra nesse dealbar do século XX. Aliás, nenhum realce têm, mesmo hoje, esses arruamentos no próprio contexto do lugar e um deles já nem rua é, mas ali se mantém a placa, porque compreendemos o seu significado histórico. É que ambos se situam próximo da vetusta escola local, uma das primeiras inauguradas nos primórdios da República, resultante da forçada transformação da capela de Santo Isidro e integrada no Centro Escolar Almirante Reis.⁶ E a imprensa local dá conta da existência ali de um assaz combativo núcleo republicano, a cujas iniciativas o Presidente Bernardino Machado fazia questão em comparecer!

80



Fig. 4: Monumento toponímico sito em Birre (freguesia de Cascais), de homenagem a João da Câmara Pestana.

⁵ Cf. «Birre, um lugar dinâmico nos primórdios republicanos», *Sekreta* [Cascais], II série, n.º 3, Fevereiro 2010, p. 16-17 [acessível em: <http://notascomentarios.blogspot.com/2010/03/blog-post.html>].

⁶ Sintomática igualmente esta designação, a memorar Carlos Cândido dos Reis, carbonário e um dos grandes mentores da Revolução de Outubro.

De João da Câmara Pestana sabe-se, por exemplo, que, natural do Funchal (17-10-1871), apresentou ao Instituto de Agronomia e Veterinária a «dissertação inaugural» que tem por título *Análise Química Aplicada à Agricultura*, com que obteve o grau de licenciado em Agronomia. Chegou a ser eleito deputado das Cortes Constituintes, a 16 de Novembro de 1913, lugar deixado vago aquando da eleição de Manuel de Arriaga para a presidência da República (24 de Agosto de 1911), mas depressa renunciou ao mandato, tendo-se depois notabilizado, de facto, como Director Geral da Agricultura. Fausto Cardoso de Figueiredo é, ao invés, uma personalidade de âmbito local, endinheirada e benemérita, que muito pugnou pela instrução pública em Cascais.⁷



Fig. 5: Monumento toponímico sito num arruamento adjacente ao anterior, de homenagem ao benemérito local, Fausto Cardoso de Figueiredo.

Há, pois, que meter ombros a essa tarefa, nem sempre fácil, de vasculhar arquivos e de folhear com atenção a imprensa local e regional para ler nas linhas e nas entrelinhas o pulsar da vida real das populações, o seu sentir, o seu republicanismo actuante.

⁷ Recorde-se que, nos primeiros tempos republicanos, se falava em ‘instrução’ e não em ‘educação’, termo este que, na verdade, pela sua carga ideológica não inteiramente democrática deveria ser banido como designação de ministérios e organismos públicos.

Há uma designação toponímica fora do comum? Quando é que foi atribuída? Por iniciativa de quem? Com que finalidade?

Nesses conturbados tempos da I República, em que as facções partidárias pululavam e acerbadamente se digladiavam para ganhar ou manter preponderâncias, importa saber que essas preponderâncias se alicerçavam não apenas nos aleatórios ditames duma capital egocêntrica: o papel das minorias locais foi, amiúde, deveras preponderante.

E a toponímia aí está – a poder trazer-nos gratas surpresas na resolução de alguns enigmas aparentes!